

Ano XXIV nº 6143 – 20 de setembro de 2019

Governo falsificou cálculos para aprovar a reforma da Previdência

Trabalhadores, empresários, senadores e deputados, todos foram enganados pelo ministro da Economia do atual governo, com a proposta de reforma do sistema de aposentadorias.

Segundo matéria publicada na revista Carta Capital, o projeto da chamada Nova Previdência é uma trapaça, com planilhas sem consistência construído com dados manipulados para convencer a sociedade a aprovar a proposta. Que o plano aumenta a desigualdade, sacrifica os mais pobres (de cada R\$100,00 economizado pelo governo, R\$70,00 será pago por quem ganha até dois salários mínimos), entrega o filão das aposentadorias mais bem remuneradas aos fundos e bancos privados, quebra municípios pequenos com economia movimentada principalmente por dinheiro dos aposentados, já ficou claro. Mas faltava provar a farsa. Não foi por acaso que, em abril, o Ministério da Economia decretou sigilo sobre os estudos e pareceres técnicos que embasaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Depois da aprovação do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, o ministro Paulo Guedes desinterditou parte das informações, mas manteve na clandestinidade o essencial: as planilhas com a memória de cálculo, os pressupostos de crescimento e de emprego, quem será mais afetado, quem ficará fora e o custo para implementação de um regime de capitalização.

Um grupo de pesquisadores do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp decidiu mostrar como o governo chegou aos números fictícios através do “A falsificação nas contas oficiais da Reforma da Previdência: o caso do Regime Geral de Previdência Social”.

Ministério recua e descarta congelamento do salário mínimo

salário mínimo



O secretário especial adjunto de Fazenda, Esteves Colnago, afirmou ontem, quinta-feira 19/09, que salário mínimo e Benefício de Prestação Continuada (BPC) não serão congelados, recuando de declaração dada mais cedo, quando disse que o tema estava sob análise no governo.

O secretário já havia frisado que eventual desindexação do salário mínimo demandaria a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pelo Congresso.

Hoje, a Constituição determina que o salário mínimo deve ser atualizado pela inflação, para que não haja perda do poder de compra. Nos últimos anos, o governo adotou fórmula de cálculo que implicava aumento real no salário mínimo atrelado ao crescimento da economia.

Para o projeto de lei orçamentária de 2020, contudo, a equipe econômica considerou apenas a reposição pela inflação medida pelo INPC.

Nas contas do governo, cada 1 real de aumento no salário mínimo desencadeia necessidade adicional de cerca de 300 milhões de reais em gastos da União.

Rio é o segundo estado com mais casos de sarampo

O Estado do Rio é o segundo do país com mais registros de sarampo, de acordo com o último boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde (MS). Ao todo, 16 estados estão com surto da doença. Segundo o levantamento do Governo Federal, até o momento, foram notificados 24.011 casos suspeitos, sendo que 17.713 (73,8%) estão em investigação e 2.957 (12,3%) foram descartados.

A maioria dos casos confirmados no país, 97,5%, estão em São Paulo seguido do Rio de Janeiro. Dos 27 casos confirmados no Rio de Janeiro, 12 foram na cidade de Paraty, 6 na capital, 5 em Duque de Caxias e 4 nos municípios de Nilópolis e São João de Meriti.

O governo do Estado ainda não confirmou se a morte de Thaís Nascimento Paiva, em Petrópolis, no fim de agosto, foi causada pela doença. De acordo com a Secretaria de Estado, o resultado do exame ainda não foi concluído.

A Secretaria Municipal de Saúde, informou que até o momento, 21 casos estão sendo investigados em Petrópolis, e que até o mês de setembro, foram aplicadas 10.430 vacinas triviral, com cobertura vacinal de 95,56% até o momento.